

Editorial

Mensalão I: a justificativa



Marco Antonio Guimarães da Silva

Sento-me diante do computador para escrever mais um editorial para a Fisioterapia Brasil, revista na qual atuo como editor científico desde a sua fundação. É preciso esclarecer, por questões de justiça, que o trabalho hercúleo de ler e selecionar os artigos que chegam à revista e enviá-los para o corpo editorial tem ficado a cargo do médico e jornalista francês Jean Louis Peytavin, editor executivo, e Guillermina Arias que, de fato, exercem a função de editor.

Como sempre, não tenho nenhuma ideia prévia sobre o assunto que comentarei no editorial, porque, de forma semelhante ao que acontece quando começo a escrever um livro, não elaboro planos, roteiros ou rascunhos. Só começo, de fato, a idealizar o que escreverei quando a tela branca do meu editor de texto aparece com o *prompt* indicando que o programa já está pronto para receber as letras que comporão o corpo textual da minha mensagem.

Talvez por isso, haja quem diga que o que escrevo se relaciona com a escrita psicografada; com todo respeito ao Chico Xavier que, aliás, acaba de ser eleito em um concurso promovido por uma emissora de televisão como o maior brasileiro de todos os tempos, segundo notícias veiculadas em alguns jornais.

Pensei há pouco em falar sobre o assunto mais em voga dos últimos tempos, o mensalão, avaliando as aparições dos juízes da nossa mais alta corte. Como nada entendo de temas jurídicos e penais – leia-se que as minhas análises se restringiriam a fazer alguns comentários sobre a ação dos julgadores do processo penal 477, esperando que, traídos pelas suas entediadas e aborrecidas oralidades verborrágicas, acabassem por cometer algumas contradições – desisti da ideia. Especialmente, porque notei que essa minha opção esbarraria em alguns problemas. O primeiro deles seria o de ter que interromper a sexta que religiosamente faço desde o

meu nascimento, cujo horário normalmente coincide com o início das atividades do tribunal.

Ainda que fosse para falar com o Papa ou até mesmo para receber o passaporte carimbado, trazido por um emissário divino, me garantindo a entrada no céu, não interromperia esse compromisso com o meu sono após almoço.

Aí, um dos meus leitores, daqueles que conseguem ler minhas crônicas até o final, me diria: “Mas o julgamento começa às 14:30 e prossegue tarde a dentro, à vezes avança pela noite. Haveria, portanto, tempo suficiente para que você pudesse levar adiante a tal avaliação. E fique sabendo também: o programa é líder em audiência”. Eu responderia que haveria tempo suficiente, se eu pudesse perder tempo diante de um programa de televisão. Afinal, tenho um compromisso assumido com a meu novo ofício de escritor romancista e devo ler diariamente, pelo menos, 50 páginas de um livro e escrever entre duas a três páginas do meu quinto romance. Acrescentaria que estou da audiência do programa que transmite o julgamento, e que os juízes da corte foram alçados à condição de astros, atualmente, com mais fama do que os atores de primeira linha de novelas ou dos participantes dos reality shows. Mas diria, também, que considero esse programa tão chato que o comparo à árvore de natal da Lagoa Rodrigo de Freitas e aos fogos de artifício de final de ano na praia de Copacabana. Essa transmissão não mereceria de mim atenção maior que 5 minutos, que foi aliás o tempo que gastei para vê-la, tornando-me apto para expressar opiniões aqui contidas.

Responderia, ainda, aos meus queridos leitores que, por uma questão de coerência comigo mesmo, estaria impedido de emitir quaisquer opiniões sobre o desempenho estético discursivo dos magistrados. Amparo-me no fato de que discordo que o julgamento seja transmitido pela televisão ou

por qualquer meio. Sei que haverá os que dirão: “Talvez o julgamento tomasse outro rumo se a sua transparência não estivesse sendo compartilhada com os milhões de telespectadores.” Ainda que eu saiba que o juiz deve julgar “sempre” amparado do que consta nos autos e com a isenção suficiente para inocentar ou condenar os réus estejam ou não diante de câmeras e holofotes, esse julgamento é muito especial. Especial porque os implicados já estão condenados pela sociedade civil como um todo e essa sociedade clama por justiça e, porque não dizer, por uma certa vingança. Vingança contra aqueles que, durante muito tempo, para receberem os seus votos, os iludiram vendendo a imagem de que eram gente do bem. Até que ponto essa torcida poderia influenciar alguém a condenar um eventual inocente, eu não saberia responder. Mas, na dúvida...

Como a digressão tem sido uma companheira inseparável nos meus escritos, sugiro aos que tiverem interesse em conhecer minha produção literária, mas não tiverem tempo para ler um romance, que busquem as opiniões da crítica e pesquisadora M. Graciete Besse, catedrática da Sorbonne, em um artigo sobre os meus dois primeiros livros, que deverá ser publicado na Revista Latitudes, na França (disponível em: <http://www.marcoguimaraes.com/br/obras/17/cri>).

Em janeiro de 2013 darei conferências e debatarei o livro Meu pseudônimo e eu, de minha autoria, na Alemanha, nas universidades de Aachen (*Inst. f. Romanische Philologie der RWTH Aachen*) e na Universidade de Colonia.